



Índice

- 01 [Apenas 0,55% dos índios de todo o país estão na universidade](#)
- 02 [Índios dizem que produtor chegou atirando](#)
- 03 [MT analisa 25 pedidos para demarcar terras indígenas](#)
- 04 [Prefeitura homenageia índios com semana de atividades](#)
- 05 [Dia do Índio tem programação especial](#)
- 06 [Unesp Presidente Prudente tem exposição Semana do Índio](#)
- 07 [Índios cinto larga, um Século de Luta](#)
- 08 [Dia do Índio](#)
- 09 [Articulação contra povos indígenas](#)
- 10 [Palestra aborda a produção literária indígena no Brasil no Sesc Esplanada](#)
- 11 [Nota do Conselho Indígena de Roraima sobre a vinda da Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia a Roraima](#)
- 12 [1º Seminário Indígena Xokó, que será realizado na Aldeia Xokó](#)
- 13 ['Abril Indígena' deve reunir 700 lideranças em Brasília](#)
- 14 ['Canção da Mata' apresenta a indígena Djuena Tikuna](#)



Apenas 0,55% dos índios de todo o país estão na universidade

SÍTIO CIRCUITOMT, 15.04.2013

O escritor e pesquisador da Universidade de São Paulo (USP), Daniel Munduruku, disse que, de todos os povos indígenas brasileiros, apenas cinco mil indivíduos frequentam um curso superior. De acordo com o Censo 2010 do IBGE, a população de índios no país é de 896 mil.

Em palestra realizada na manhã desta segunda-feira (15), no VI Encontro Indígena, organizado pelo Museu Pré-História Casa Dom Aquino, Daniel, que faz parte da etnia indígena Munduruku, falou da situação do índio hoje no Brasil.

Segundo o acadêmico, que é Doutor em Educação pela USP e tem mais de quarenta livros publicados, a sociedade oprime os índios há séculos, com políticas públicas precárias, e que os problemas, como falta de saúde, educação e etc, entre os povos nativos, existem já há muito tempo.

“É responsabilidade do Estado Brasileiro a implantação de políticas públicas. Sofremos violências há vários séculos, pois dizem como devemos nos vestir, nos portar e viver. E quando você obriga alguém a deixar de ser o que é, você está violentando-a. Problemas sempre existiram, mas eram todos empurrados para baixo do tapete. A educação, por exemplo, é de extrema importância. Mas hoje só cinco mil índios estão na universidade”, disse ele.

Vários membros das etnias Bororo, Baikiri, Xavante, Carajá, Kuikuro, Waurá e Merrinano estavam presentes no evento.

Ageu é líder dos Xavantes da Aldeia Sangradouro, em Primavera do Leste, há 237 km da capital. O jovem destacou a boa convivência que possui com proprietários de terras na região, mas lamentou um problema bem comum, que também atinge o ‘homem branco’.

“Alguns membros da nossa aldeia possuem problemas com álcool”, relata ele.

A Secretária de Cultura do Estado, Janete Riva, também esteve no Encontro. Perguntada se há constrangimento sobre as recentes declarações de seu marido, o deputado estadual José Riva (PSD), que disse ser contra a criação e ampliação de terras indígenas, Janete se esquivou.

“Não há constrangimento. Meu papel é cuidar da cultura”, afirmou ela.

O VI Encontro Indígena vai até sexta-feira (19), e contará com apresentações artísticas, culturais, venda de artesanato e palestras sobre a influência e as demandas do povo indígena na sociedade, todos realizados no Museu Pré-História Casa Dom Aquino, que fica na Av. Beira Rio s/nº, em frente ao estacionamento da UNIC. A entrada custa R\$ 5,00. Trazendo um quilo de alimento não perecível, paga-se metade do valor, R\$ 2,50. A comemoração é realizada pela Eletronorte e Eletrobras.



Índios dizem que produtor chegou atirando
SÍTIO CORREIODOESTADO, 15.04.2013

Indígenas de Douradina se defendem da acusação sobre a morte do produtor e policial militar aposentado, Arnaldo Alves Ferreira, de 68 anos. Ele foi morto a golpes de facão e flechadas no final da tarde de sexta-feira (12), durante conflito com indígenas, que já vinha se arrastando há tempos e culminou com um índio ferido e o produtor morto.

Na manhã de hoje (15), em entrevista ao Bom Dia MS, indígenas disseram que o produtor chegou atirando. Eles acusam a vítima de ter invadido a aldeia e atirado pelo menos seis vezes.

Caso

Arnaldo era dono de um sítio que faz divisa com a aldeia e, de acordo com delegado Marcelo Batistela, os indígenas cortavam com frequência as cercas da propriedade, fazendo com que o gado escapasse. A polícia apurou que esta situação aconteceu diversas vezes e que a vítima tentava dialogar com os indígenas, mas sem sucesso.

No início da semana houve sério desentendimento e na tarde de sexta-feira, o conflito foi desencadeado. Segundo Batistela, o PM foi capturado e ficou refém por quase duas horas, sofrendo agressões neste período. Um indígena de 51 anos também acabou ferido. Os dois foram levados ao Hospital da Vida, onde Ferreira morreu antes mesmo de receber atendimento médico.

Após receber os primeiros socorros, o indígena foi detido acusado de homicídio, entretanto, alega que não participou das agressões e que apanhou dos companheiros da comunidade ao tentar defender o produtor. O delegado afirma que não são descartadas prisões de outras pessoas.



MT analisa 25 pedidos para demarcar terras indígenas

SÍTIO SONOTÍCIAS, 15.04.2013

A Fundação Nacional do Índio (Funai) tem, atualmente, 25 processos de demarcação de Terras Indígenas (TIs) em estudo em Mato Grosso. Caso todos estes procedimentos se confirmem, o Estado atingirá 19% da sua área total destinada aos índios, aproximadamente 3,75 milhões de hectares. O número equivale a soma dos territórios de 4 estados, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Rio Grande do Norte e Alagoas. Produtores rurais acusam o órgão de federal de pouca transparência no processo e apontam que o número de estudos é, pelo menos, 3 vezes maior. Dos processos em andamento, pelo menos 3 preocupam e muito o setor mato-grossense. Eles envolvem áreas que atingem 5 municípios, Apiacás para a etnia Caiabi, Brasnorte, Juína e Sapezal, que receberiam os Enawenê-nawê, e Santa Cruz do Xingu, que seria incorporado ao Parque Nacional do Xingu.

Secretária da Associação dos Proprietários Rurais Pesquisa Rio Preto (Aprur), Lidiani Zeni explica que o trabalho dos técnicos da Funai é sempre cercado de mistérios, causando medo e incertezas entre os produtores rurais. "Primeiro eles falam que é uma área bem pequena, sem importância nenhuma. Depois, eles negam que haja qualquer trabalho de revisão da demarcação e, por fim, quando tudo está certo, contam com o medo dos produtores, que temem a desvalorização das terras, para que tudo ocorra no mais absoluto silêncio".

Estes passos apontados por ela foram os adotados pela Funai na demarcação das TIs dos Enawenê-Nawê. No começo do ano passado, os produtores teriam questionado técnicos da Funai sobre a demarcação e foram informados de que ela ocorreria em pequena escala, atingindo apenas 9 produtores. Depois, em ofício, negaram qualquer processo de demarcação. Já em fevereiro deste ano, em outra correspondência, afirmaram que os estudos estavam em fase final. O medo de Lidiani é embasado pelo tamanho previsto para a demarcação, 600 mil hectares, atingindo centenas de agricultores e, segundo ela, inviabilizando economicamente os 3 municípios.

Em Apiacás a expansão, barrada por uma liminar concedida pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), faria com que a área ocupada pelos índios passasse de 117 mil hectares para mais de 1 milhão de hectares. Segundo o Sindicato Rural do município, a nova demarcação atingiria 75% da extensão territorial da cidade, atingindo 300 produtores rurais. "A área onde vivem os produtores foi cedida pela União ao Estado na década de 50 e logo foi comprada pelos produtores", explica o presidente, Augusto dos Santos Neto.

O produtor destaca que os índios Caiabi vivem no Estado do Pará e que o fato de a demarcação estar suspensa por uma liminar ainda causa apreensão aos produtores. "A Funai já recorreu desta decisão e isso nos preocupa muito. Compramos estas terras do Estado, não invadimos área nenhuma". Deputado federal, Nilson Leitão (PSDB) reclama da falta de transparência da Funai em lidar com o tema. Temos uma informação segura que são mais de 70 processos. Quando perguntamos a eles quais são, quantos são exatamente e como estão, oficialmente, ninguém informa nada".



Prefeitura homenageia índios com semana de atividades

SÍTIO AGORAMS, 15.04.2013

A partir desta segunda-feira, dia 15, diversas atividades estão programadas como homenagem da Prefeitura de Dourados ao Dia do Índio, comemorado em 19 de abril. A organização é da Secretaria de Educação, em parceria com a Funed (Fundação de Esportes de Dourados). A maioria dos eventos ocorre na Vila Olímpica da Reserva Indígena.

Entre as atividades estão os Jogos Escolares Indígenas, ações esportivas e culturais na Vila Olímpica, concurso Miss e Mister Indígena 2013, lançamento da coordenadoria de assuntos indígenas e ainda uma ação social. Fora da aldeia ainda está previsto um seminário na Unigran e outro na Câmara de Vereadores.

Além dessa programação, índios caiuás, guaranis e terenas que integram a reserva de Dourados vão mostrar durante a Semana dos Povos Indígenas, toda a sua cultura, tanto na dança típica quanto na confecção de produtos artesanais. A prefeitura conta com vários parceiros, incluindo a Câmara de Vereadores.



Dia do Índio tem programação especial

SÍTIO PBAGORA, 15.04.2013

As cores fortes, a cultura e a essência do povo indígena, representadas por meio de seu artesanato, serão celebrados na próxima sexta-feira, dia 19. Em alusão ao Dia do Índio, o Programa de Artesanato da Paraíba vai realizar "Uma tarde Potiguara", que tem como objetivo promover o intercâmbio entre a sociedade indígena Potiguara, a população paraibana e turistas visitantes do local.

Na programação, o evento vai contar com a apresentação do Toré Potiguara e a exposição e comercialização do artesanato e da culinária indígena. Os potiguaras também vão ministrar palestras sobre o cotidiano nas aldeias e de seu modelo de gestão no artesanato. "Os visitantes poderão prestigiar e comprar artefatos de decoração e acessórios produzidos por técnicas milenares de artesanato", afirma a gestora do Programa de Artesanato da Paraíba, Ladjane Barbosa.

O evento será realizado a partir das 16h, na Praça de Eventos do Centro de Artesanato de Tambaú, localizado na Avenida Rui Carneiro, que fica anexo ao Centro Turístico Tambaú. O Programa de Artesanato da Paraíba é coordenado pela primeira-dama do Estado, Pâmela Bório, e faz parte da Secretaria do Estado do Turismo e Desenvolvimento Econômico (SETDE). O evento também conta com o apoio da PBTUR, da Secretaria do Estado da Educação, da Prefeitura Municipal de Marcação e do Condomínio do Centro de Artesanato de Tambaú.



Boletim de Notícias - Edição nº 061 / 2013

Brasília, 16 de abril de 2013.

Unesp Presidente Prudente tem exposição Semana do Índio

SÍTIO SPGOV, 15.04.2013

Em homenagem ao Dia do Índio, celebrado dia 19 de abril, a Unesp de Presidente Prudente realiza até sábado, 20, a 22ª Exposição Semana do Índio, com o tema Raízes Indígenas. O objetivo é mostrar ao público sobre a vida dos índios brasileiros, desde os primórdios até atualmente, com objetos, cartazes e fotos.

Estarão em exposição artefatos confeccionados por índios contemporâneos, que mostram tanto a riqueza do artesanato tradicional indígena, bem como as influências dele sobre o nosso cotidiano. Os monitores da universidade apresentarão teatro de fantoches, com lendas indígenas e filmes do mesmo tema.

Todo o material faz parte dos acervos do Centro de Museologia, Antropologia e Arqueologia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Unesp e do Centro de Estudos Indígenas Miguel A. Menendez do campus da Unesp de Araraquara.



Índios cinta larga, um Século de Luta

SÍTIO UOL, 15.04.2013

"A guerra mais justa de todas é a guerra contra selvagens", disse-o Theodore Roosevelt, no seu "Winning of the West" ("A Conquista do Oeste", 1924), depois de ter visitado o Brasil e participado de verdadeira epopeia na selva amazônica. O ex-presidente americano, juntamente com o então Coronel Rondon, dois homens maiores que a vida, mapearam o Rio da Dúvida, depois rebatizado de Rio Roosevelt, nas terras do Povo Cinta Larga. Já se passaram quase cem anos desde então. Os tempos, hoje, são outros; embora, não raro, algumas pessoas ainda insistam na ideia anacrônica e politicamente incorreta de que índio bom é índio morto. De fato, os tempos mudaram mesmo.

Hoje existe uma Constituição que garante a todos – índios inclusive – a vida, liberdade e igualdade; além de fundar a República, dentre outros, na dignidade da pessoa humana. Cuidando especificamente de índios, o diploma maior assegurou-lhes a organização social, os costumes, línguas, tradições, terras; enfim, todo um arcabouço de normas protetivas. Não satisfeito, o constituinte ainda delegou à União o dever de velar por todos esses interesses. Tarefa nada singela, no entanto, é tentar dar um mínimo de concretude a essa quicá utópica galeria de direitos. A teoria distancia-se da prática tanto quanto o céu da Terra.

O mesmo curso d'água, desbravado pelo ex-presidente norte-americano e pelo marechal brasileiro, deu nome a uma das quatro terras indígenas do Povo Cinta Larga e também a um garimpo de diamantes que há mais de dez anos flagela a comunidade: o mundialmente famoso "Garimpo do Roosevelt", que, curiosamente, não se localiza na Reserva Roosevelt, mas no Parque Indígena Aripuanã, e que tem posto à prova tudo que a Constituição e as leis do Brasil asseguram às populações indígenas.

Na última década, desde o primeiro "Plano Emergencial Cinta Larga", o Governo tenta, sem sucesso, desincumbir-se minimamente de suas responsabilidades constitucionais/legais/morais. Passados tantos anos, com um passivo de dezenas de mortes e um povo à beira do genocídio, é desoladora a constatação de que os índios estão em situação visivelmente pior do que estavam quando da descoberta do "eldorado" em suas terras. Os índios criaram, não sem razão, verdadeira ojeriza aos tais planos emergenciais. Que raio de emergência é essa que nunca chega? Na verdade, a prioridade da União tem variado ao sabor das mortes e dos incidentes, sobretudo internacionais, envolvendo a "Reserva Roosevelt".

Em 2004, sob o influxo da morte de 29 garimpeiros em decorrência do conflito interétnico, inúmeras autoridades visitaram a região, criou-se uma força-tarefa por ordem direta do presidente da República, subscrita por ministros de diferentes pastas. A questão seria finalmente solucionada, assim pensaram muitos. Não tardou a constatação de que o factoide governista fez, uma vez mais, degenerar a esperança dos índios para frustração. Referida força-tarefa sequer recebia os recursos, financeiros e humanos, necessários para o cumprimento de sua missão: coibir a exploração de minérios do território tradicional – missão, aliás, pendente de cumprimento; desafiando, ainda, o Estado brasileiro.



Dia do Índio

SÍTIO EMTEMPO, 15.04.2013

No dia 19 de abril celebramos o Dia do Índio. Em muitos lugares o dia se transforma em semana. Uma semana de manifestações culturais e de tomada de consciência da situação dos povos indígenas. É uma ocasião excelente para que conheçamos melhor quem são esses homens e mulheres, cidadãos de nosso país, que guardam e assumem a identidade indígena, isto é, se veem como descendentes daqueles que aqui viviam antes da invasão vinda da Europa. Povos que se reconhecem herdeiros de uma história que tem suas raízes bem antes do descobrimento. Pessoalmente sinto-me privilegiado por conhecer muitos desses povos. Minhas andanças, viagens e visitas pastorais, bem como o compromisso da minha igreja com a organização indígena, com a luta pela terra, e ainda pela educação e atenção à saúde diferenciadas me levaram a ter uma atitude de grande respeito pelos povos indígenas que conheci e conheço e pelas centenas de homens e mulheres que assumem a sua identidade, guardando e vivendo valores em grande parte perdidos pela nossa civilização.

A coragem de viver que levou a guardar tradições ancestrais ou a redescobri-las, a lutar pela terra, não visando o lucro ou a propriedade privada mas a sobrevivência do povo, a solidariedade e a percepção de que era preciso se organizar, merecem uma atitude de respeito. Quando se conhece melhor as nações indígenas, se percebe a riqueza humana que está por trás de seus nomes. Só lembrando alguns: tikuna, cocama, cambeba, kanamari, katuquina, deni, maku, maiuruna, miranha e assim por diante. Cada um desses nomes carrega consigo uma história, uma cultura, uma visão de mundo, uma espiritualidade. O Brasil é um país privilegiado, pois além de abrigar um povo que é fruto da mistura de vários povos, conserva descendentes diretos de europeus, asiáticos e africanos, mas também essa imensa gama de descendentes dos povos originários. Temos uma riqueza humana invejável. Por isso ao respeito se junta o orgulho de ser brasileiro com todos esses brasileiros e brasileiras. Mas essa visão não deve ser ingênua. As populações indígenas incomodam e há séculos suas terras continuam cobiçadas e seus direitos desrespeitados. A saúde indígena sofre pelo descaso, falta de organização eficiente e muitas vezes corrupção. Nem todos os responsáveis assumiram com garra a educação diferenciada. Infelizmente há muitos povos ameaçados na sua integridade física e cultural.

O Dia do Índio serve para tomarmos consciência desta realidade. A construção de uma identidade brasileira que conserve toda a riqueza dos povos que a compõem não é tarefa fácil. A presença, a vida e a teimosia dos povos e organizações indígenas na luta pelo direito de viver e existir não nos deixam ficar acomodados e nos convidam a sermos solidários. Que nesse dia os índios possam saber da nossa admiração, respeito e, sobretudo, solidariedade. Como gostaria de saudar pessoalmente amigos e amigas que não tiveram medo de ser o que são e abriram caminhos para que outros vivam a sua verdade, mesmo com as ambiguidades comuns aos humanos.



Articulação contra povos indígenas

SÍTIO DIARIODOVALE, 15.04.2013

Deputados da bancada ruralista prometem apertar o cerco contra a Funai (Fundação Nacional do Índio) e a atribuição do órgão de auxiliar na demarcação de terras indígenas no Brasil. Entre as estratégias para pressionar o governo por mudanças, integrantes da Frente Parlamentar da Agricultura dizem já ter assinaturas suficientes - mais de 180 - para protocolar um pedido de criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar a Funai, mas ainda não há definição sobre quando isso será feito.

Na semana passada o grupo contabilizou duas vitórias. Na primeira, conseguiu convocar a ministra-chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, para prestar esclarecimentos na Comissão de Agricultura da Casa sobre as questões indígenas. A data da ida da ministra ao Congresso deve ser definida ainda esta semana pelo presidente comissão, deputado Giacomini (PR-PR).

Os ruralistas conseguiram ainda, na última quarta-feira, o apoio que faltava para a criação de uma comissão especial para apreciar e dar parecer à Proposta de Emenda à Constituição (PEC 215/2000) que inclui, nas competências exclusivas do Congresso Nacional, a aprovação de demarcação das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios, a titulação de terras quilombolas, a criação de unidades de conservação ambiental e a ratificação das demarcações de terras indígenas já homologadas, estabelecendo que os critérios e procedimentos de demarcação serão regulamentados por lei. A comissão foi criada pelo presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Alves (PMDB-RN), em retribuição ao apoio que recebeu dos ruralistas para comandar a Casa.

"Nós estamos criando uma série de injustiças para aqueles que são proprietários de terras, independentemente do tamanho. O que nos preocupa é a falta de critérios e de uma condição de defesa dentro dos processos de homologação conduzidos pelos antropólogos [da Funai]", diz o deputado Jerônimo Goergen (PP-RS), que integra a Frente Parlamentar da Agricultura.

Reação

O Conselho Indigenista Missionário (Cimi) reagiu à criação da comissão. Em nota divulgada no site, o Cimi repudiou a decisão. "O ato do presidente da Câmara constitui-se em um atentado à memória dos deputados constituintes, ataca de forma vil e covarde os direitos que os povos indígenas conquistaram a custo de muito sangue e atende os interesses privados de uma minoria latifundiária historicamente privilegiada em nosso país", diz o documento.

Procurada pela Agência Brasil, a Funai enviou nota classificando a PEC 215/00 como um retrocesso e uma ação contrária à efetivação dos direitos territoriais dos povos indígenas.

"A Funai acredita que tal medida, ao invés de contribuir para a redução dos conflitos fundiários decorrentes dos processos de demarcação de terras indígenas, ocasionará maior tensão nas relações entre particulares e povos indígenas, diante das inseguranças jurídicas e indefinições territoriais que irá acarretar", alerta o documento.

CONT.



Entre as preocupações da Funai está o fato de a PEC prever a criação de mais uma instância no procedimento administrativo de regularização fundiária de terras indígenas. "Isso tornará mais complexo e moroso o processo de reconhecimento dos direitos territoriais dos povos indígenas - se não significar sua paralisação -, com graves consequências para a efetivação dos demais direitos destes povos, como, por exemplo, garantia de políticas de saúde e educação diferenciadas, promoção da cidadania e da sustentabilidade econômica, proteção aos recursos naturais, entre outros."

No Supremo

Esta semana a bancada ruralista na Câmara deve se reunir com o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Joaquim Barbosa. No encontro, os parlamentares vão pedir a conclusão do julgamento da Terra Indígena Raposa Serra do Sol - que ainda depende da publicação do acórdão do julgamento e dos embargos declaratórios a respeito das 19 condicionantes impostas pela Corte, em 2009, para que a demarcação da área fosse mantida em terras contínuas.

Depois que isso for feito, a polêmica Portaria 303 da Advocacia-Geral da União (AGU) pode entrar em vigor. A norma proíbe a ampliação de áreas indígenas já demarcadas e a venda ou arrendamento de qualquer parte desses territórios, se isso significar a restrição do pleno usufruto e da posse direta da área pelas comunidades indígenas. Ela também veda o garimpo, a mineração e o aproveitamento hídrico da terra pelos índios, além de impedir a cobrança, pela comunidade indígena, de qualquer taxa ou exigência para utilização de estradas, linhas de transmissão e outros equipamentos de serviço público que estejam dentro das áreas demarcadas.

As divergências da Frente Parlamentar da Agricultura em relação às atribuições da Funai também levaram o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, a se comprometer a criar um grupo de trabalho para receber as manifestações dos deputados. Em 30 dias, representantes da Secretaria de Assuntos Legislativos da pasta, da Funai e parlamentares devem começar a discutir propostas que envolvem a demarcação e desapropriação de terras no país.

A Frente Parlamentar Ambientalista, presidida pelo deputado Sarney Filho (PV-MA), marcou uma reunião para a próxima quarta-feira. Na avaliação dos ambientalistas, os apoiadores da PEC 215 são motivados por "interesses pessoais e individuais contrariados". "A PEC é um retrocesso absoluto, ela acaba com qualquer possibilidade de política indigenista e de política ambiental. Tirar a prerrogativa do Poder Executivo de criar unidade de conservação e reservas indígenas e passar para o Congresso é a mesma coisa de dizer que não vai ter mais", disse Sarney Filho.



Palestra aborda a produção literária indígena no Brasil no Sesc Esplanada

SÍTIO TERRA, 15.04.2013

Nesta terça-feira (16), a partir das 15h o Sesc realiza a primeira edição de 2013 do projeto Interações Literárias. O evento é promovido em parceria com a Universidade Federal de Rondônia (Unir) e vai ocorrer no Teatro 1 da unidade Esplanada, no Bairro Olaria, em Porto Velho. A entrada é gratuita.

Nesta edição o Interações Literárias traz como tema "Manifestações literárias e audiovisuais indígenas", com abordagens sobre a produção acadêmica nas comunidades indígenas. A temática vai ser abordada pela professora Cynthia de Cássia, doutora em Estudos Literários pela UFMG e professora adjunta da Unir.

Sobre o debate

No Brasil, nos últimos quinze anos, houve um movimento editorial nas comunidades indígenas que colocou em circulação a produção escrita e audiovisual de várias etnias. Entre os anos de 2004 e 2008, por exemplo, por meio de edital da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), foram publicados mais de 60 livros de autoria indígena. Isto é, livros cujos autores são os próprios índios.

Levando em conta essa efervescência editorial e a Lei 11.645, de 08 de março de 2008, que torna obrigatória a inclusão da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena" no currículo oficial nos estabelecimentos de ensino, fundamental e médio, públicos e privados, a presente conferência terá como objetivo apresentar uma visão panorâmica da produção literária e audiovisual das comunidades indígenas no Brasil.

Para agendamento de entrevistas e demais informações

Seção de Divulgação e Promoção Institucional

Jornalista responsável pela publicação: Alessandra Curado DRT 2769/GO

Contato: (69) 3229-5882 / ramais 208 e 220

Celular: (69) 9955-2543



Nota do Conselho Indígena de Roraima sobre a vinda da Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia a Roraima
SÍTIO CIMI, 15.04.2013

A coordenação do CIR tomou conhecimento através do ofício da Presidência n.º 164/13/CINDRA, datado no dia 10 de abril de 2013, como convidado para participar e apresentar informações sobre a situação dos povos indígenas de Roraima do CIR após a homologação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol. Em carta do CIR, numero 181-CIR/2013, confirmou o interesse de ter reunião com a comissão desde que seja na Raposa Serra do Sol, no Centro Indígena de Formação e Cultura Raposa Serra, porém o presidente da Comissão se omitiu a confirmar a reunião com as lideranças e comunidades sem nenhuma justificativa.

Conforme o requerimento realizado pelo deputado Jeronimo Goergen, na Câmara dos Deputados, o objetivo da Comissão composto pelos parlamentares Jeronimo (PPS-RS), Marcelo Castro (PMDB-PI), Marcio Junqueira (DEM-RR), Paulo Quartieiro (DEM-RR) e Raul Lima (PSD-RR) é verificar e avaliar os últimos acontecimentos decorrentes da demarcação da área indígena Raposa Serra do Sol, tendo em vista a grave situação noticiada pelos meios de comunicação e seus efeitos na população indígena local. Portanto, o Conselho Indígena de Roraima repudia a postura do presidente da comissão em aceitar agenda que apresenta informações inteiramente inverídicas a respeito da situação dos povos indígenas da Raposa Serra do Sol. Mais uma vez, como todo o processo de julgamento no STF da demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, é lançada contra os povos indígenas de Roraima fatos de racismo e violação dos direitos indígenas com interesse de invadir e dividir a união dos povos indígenas.

As informações noticiadas pelos meios de comunicação são acusações totalmente infundadas, como mostra a história de mais de trinta anos de luta pacífica dos povos indígenas de Roraima pelos seus territórios tradicionais, em que a violência e falta de vida digna sempre partiu dos invasores e grupos contrários ao movimento indígena. Neste período ocorreram mais de vinte assassinatos de lideranças indígenas e a atuação de milícias armadas a serviço dos fazendeiros e arrozeiros, promovendo queima de aldeias, destruição de pontes, lançamento de bombas contra um posto da Polícia Federal, chegando a bloquear os acessos a cidade de Boa Vista por vários dias, conforme noticiado pelos próprios meios de comunicação local e nacional.

A luta do Conselho Indígena de Roraima pelo reconhecimento dos territórios indígenas tradicionais, que inclui a revisão dos limites de algumas áreas com ampliação dos territórios e demarcação de terras ainda não reconhecidas, vem de muito antes da vitória da Terra Indígena Raposa Serra do Sol. As reivindicações sempre se deram dentro dos parâmetros legais e constitucionais, que reconhecem o direito dos povos indígenas ao usufruto das terras que tradicionalmente ocupam. O CIR sempre buscou trabalhar de forma limpa nas terras indígenas com atividades produtivas, políticas públicas e respeito aos direitos dos povos indígenas. O CIR, assim como todas as principais organizações indígenas do Brasil, apóia a Declaração dos Direitos dos Povos Indígenas da ONU, aprovada com o voto favorável do governo brasileiro.

CONT.



Durante a visita do Presidente Lula à Comunidade do Maturuca na Terra indígena Raposa Serra do Sol, as lideranças do CIR e das demais organizações indígenas presentes reafirmaram ao presidente o seu agradecimento pela atuação do Governo Federal durante o julgamento final do processo no STF, e apresentaram suas reivindicações para a construção de um futuro digno e pacífico para todos os povos indígenas de Roraima e do Brasil.

Dados importantes sobre os povos indígenas na TI Raposa Serra do Sol: a Terra Indígena Raposa Serra do Sol é hoje a terra indígena mais populosa do Brasil, com uma população de 21.590 pessoas (SESAI, 2012) distribuídas em cerca de 200 comunidades; as violências sofridas durante o processo de homologação da Raposa Serra do Sol, os mandantes invasores estão impunes; as áreas que antes eram destruídas pelos arroteiros, estão em processo de revitalização do solo, flora e fauna; teve aumento de produção bovina, com a quantidade de 38 mil rezes; os povos estão em experiência com energia eólica; estão sendo trabalhados os projetos no programa Território da Cidadania com o MDA; foram reconhecidas escolas indígenas, atendendo aproximadamente 7 mil estudantes e mais de 500 professores indígenas; na saúde atuam uma rede de 280 agentes indígenas de saúde e cerca de 80 microscopistas indígenas que atuam no controle da Malária, Tuberculose e Leishmaniose.



1º Seminário Indígena Xokó, que será realizado na Aldeia Xokó
SÍTIO FAXAJU, 15.04.2013

O povo indígena Xokó vem ao longo desses anos, trabalhando com o objetivo de garantir o seu habitat natural, para as futuras gerações.

Desde 1978, quando fomos levados a uma guerra diante dos fazendeiros da região, a participação da imprensa escrita e televisada, foi importante no momento do conflito, quando divulgava as perseguições sofridas pelo nosso povo.

Com isso, não tenho dúvida que nossa existência como povo Xokó, agradece-se também a vocês da imprensa.

Portanto, estou convidando a cada um de vocês a participar do 1º Seminário Indígena Xokó, que será realizado na Aldeia Xokó, Ilha de São Pedro, Porto da Folha/SE, no colégio estadual, nos dias 18 e 19 de abril do corrente ano. No final do evento, vamos ler a Carta Xokó, elaborada por colaboradores do nosso povo, no qual convidamos para este assessoramento, a fim de registrar e oficializar o compromisso de cada palestrante.

Programação segue em sua ordem:

Dia 18 – 08:00 - Dança Toré dos Índios Xokó; 08 as 10 debate/tema (A Violência contra a Mulher e Autonomia – Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres); 10 as 12 – tema (Direitos Humanos – Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e da Cidadania); 14: as 15:45 - tema (O Direito a Educação Diferenciada – Secretaria de Estado da Educação); 16: as 18 – tema (Saúde Indígena- Secretaria de Estado da Saúde) – Apresentação Cultural dos Quilombolas.

Dia 19 – 10 as 12 – tema (Projetos do Baixo São Francisco para 2013 e os impactos para os Xokó - CODEVASF); 10 as 12 – tema(Os Direitos Sagrados e Constituídos do Povo Xokó – Ministério Público Federal); 14 as 15:45 – tema(Projetos de Extensão Universitária e os Xokó – Reitor da Universidade Federal de Sergipe); 16 as 18 – tema(A Trajetória do Povo Xokó e o Momento Atual – Subsecretaria de Estado do Patrimônio Histórico e Cultural SUBPAC).

Apolonio Xokó

Diretor do Comitê Indígena Xokó



'Abril Indígena' deve reunir 700 lideranças em Brasília

SÍTIO REDEBRASILATUAL, 15.04.2013

Preocupados com as propostas legislativas e do Poder Executivo que, a seu ver, constituem uma ameaça contra os direitos indígenas, representantes de povos de diversas etnias estão reunidos em Brasília, onde, entre hoje (15) e sexta-feira (19), ocorre o Abril Indígena. A expectativa é reunir 700 líderes indígenas ao longo da semana.

Segundo o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), organização não governamental (ONG) ligada à Igreja Católica, o encontro é um dos mais importantes eventos anuais do segmento. Este ano, a preocupação é chamar a atenção da sociedade para propostas em andamento no Congresso e que podem ameaçar direitos indígenas fundamentais, como a proposta de emenda à Constituição (PEC) que pretende transferir para o Congresso Nacional a palavra final sobre a demarcação de terras indígenas, quilombolas e de áreas de conservação ambiental.

Na última quarta-feira (10), a Câmara dos Deputados aprovou a criação de uma comissão especial para avaliar a PEC 215/2000, que trata do assunto. Para o movimento indigenista, a iniciativa é um retrocesso em relação aos direitos indígenas porque possibilita a revisão de demarcações de terras indígenas já homologadas.

Outras proposições que, segundo o Cimi, prejudicam os povos indígenas são o Projeto de Lei (PL) 1610, de 1996, que aprova a exploração de recursos minerais em terras indígenas e a PEC 237, deste ano, que torna possível a concessão de terras indígenas a produtores rurais.

O movimento indigenista também tem manifestado preocupação em relação a iniciativas do Poder Executivo, como a publicação do Decreto 7.957, em março deste ano. Além de regulamentar a atuação das Forças Armadas na proteção ambiental, o decreto cria o Gabinete Permanente de Gestão Integrada para a Proteção do Meio Ambiente, responsável por "integrar e articular as ações preventivas e repressivas dos órgãos e entidades federais em relação aos crimes e infrações ambientais na Amazônia Legal".

"Na prática, esse decreto significa a criação de um instrumento estatal para a repressão militarizada de toda e qualquer ação de comunidades tradicionais e povos indígenas que se posicionem contra empreendimentos que impactem seus territórios", avalia o Cimi, em nota.

A organização também aponta como prejudicial aos interesses indígenas a Portaria Interministerial 419/11, que regulamenta a atuação da Fundação Nacional do Índio (Funai), da Fundação Cultural Palmares, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e do Ministério da Saúde e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) durante os processos de licenciamento ambiental de empreendimentos que possam causar interferências em terras indígenas, quilombolas ou áreas ou regiões de risco ou endêmicas para malária.

'Canção da Mata' apresenta a indígena Djuena Tikuna
SÍTIO D24AM, 15.04.2013



A apresentação será no Espaço Cultural José Lindoso, no Sesc Centro, a partir das 20h, com entrada gratuita.

Djuena Tikuna nasceu na comunidade Umariagu II, no Alto Solimões. Ela se apresenta com o grupo Magüta, composto por representantes dos clãs que formam o povo Tikuna.

Durante os shows, a artista apresenta composições próprias e ainda uma versão Tikuna do Hino Nacional Brasileiro. Os cantos Tikuna trazem a magia da floresta e a força de Yoi'i o Deus criador do povo Tikuna.

Moradora da Comunidade Tikuna Wotchimaücü, localizada na periferia de Manaus, Djuena Tikuna e o grupo Magüta tem feito apresentações em vários eventos culturais com temática indígena realizados em Manaus e em outros estados brasileiros como São Paulo, Mato Grosso, Maranhão e Distrito Federal.

Djuena se destacou como a primeira indígena Tikuna a cantar o Hino Nacional Brasileiro na língua nativa.

Dividiu cenário com importantes artistas regionais como o grupo Imbaúba e os cantores Celdo Braga e Davi Assayag. Durante a Mostra do Projeto Canção da Mata deste ano, realizada em janeiro, a cantora apresentou as canções Maiyugü Wüiguü (Povos Unidos) e Ngetchü Tükü Mü (Lamentação Tikuna).